

“A vila, que nunca teve dono, passou a ter um”: o coronelismo goiano nu e cru em *Herança de Sangue*

“*The village, which never had an owner, started to have one*”: the raw coronelismo of Goiás in *Herança de Sangue*

Leonardo José Rodrigues¹

Ewerton de Freitas Ignácio²

Resumo: Este artigo tem como principal objetivo analisar os modos como o coronelismo é representado no romance *Herança de Sangue: um faroeste brasileiro*, de 2012, do autor contemporâneo Ivan Sant’anna. Para tanto, pautamo-nos metodologicamente na pesquisa bibliográfica a respeito dos conceitos pertinentes à pesquisa. Dessa forma, a fase final da pesquisa teve como metodologia a articulação entre as leituras teóricas e a análise do romance. Em *Herança de Sangue*, tem-se a reconstituição de boa parte da história da cidade de Catalão, em Goiás. Percebe-se que o coronelismo retratado no romance em tela apresenta semelhanças com o que foi retratado em outras obras literárias e que o autor se aprofunda no trato dessas questões, além de mencionar aspectos concernentes ao coronelismo que são menos presentes na historiografia e na literatura, como a vida privada dos coronéis, suas relações com a violência e a existência de mulheres marcantes no contexto coronelista.

Palavras-chave: Coronéis. Literatura goiana. Catalão. Coronelismo.

Abstract: This article has as its main objective to analyze the ways in which coronelismo is represented in the novel *Herança de Sangue: um faroeste brasileiro*, published in 2012, by the contemporary author Ivan Sant’anna. Therefore, we methodologically base ourselves on bibliographical research regarding the concepts relevant to the research. Thus, the final phase of the research had as its methodology the articulation between theoretical readings and the analysis of the novel. In *Herança de Sangue*, there is a reconstitution of part of the history of the city of Catalão in Goiás. It is noticed that the coronelismo portrayed in the novel has similarities with what was portrayed in other literary works and that the author deepens in the treatment of these issues, in addition to mentioning aspects concerning coronelismo that are less present in historiography and literature, such as the private life of colonels, their relationship with violence and the existence of outstanding women in the context of coronelismo.

Keywords: Colonels. Literature of Goiás. Catalão. Coronelismo.

¹ Universidade Estadual de Goiás (UEG).

² Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Introdução

O coronelismo é um fenômeno que tem ocorrido no Brasil desde a Primeira República, período que vai da Proclamação da República, em 1889, até a Revolução de 1930, quando se inicia o regime ditatorial de Getúlio Vargas. Esse fenômeno foi importante para a constituição política do país, principalmente por causa de suas características específicas e, mais que isso, de suas consequências, por assim dizer, na vida política do país, na qual ainda se notam características nas configurações de poder próprias do coronelismo.

Em Goiás, em virtude da situação periférica do estado em relação a outros estados do Brasil, como São Paulo e Minas Gerais, o coronelismo ganhou configurações diferentes, baseadas no contexto político, econômico e geográfico. Esse sistema político já foi bastante estudado por historiadores e aparece frequentemente nas narrativas de feições regionalistas, como é o caso da narrativa de *Herança de Sangue: um faroeste brasileiro*, do escritor carioca Ivan Sant’anna, publicado em 2012.

Sant’anna se configura como um dos escritores que se inspiraram na história goiana para construir uma narrativa envolvente a respeito do surgimento da cidade de Catalão, localizada no sul do estado. Apesar de sua origem carioca, Sant’anna viveu alguns anos de sua infância em Catalão com os avós, o que contribuiu para que ele conhecesse algumas das histórias contadas na cidade, as quais serviram como fonte para a criação da sua *Herança de Sangue*, cujo enredo apresenta como pano de fundo a história de Catalão, passando por diversos momentos em que a violência impera por conta, principalmente, da presença dos coronéis na cidade.

Portanto, interessa-nos, neste artigo, averiguar como se processam as figurações do coronelismo em *Herança de Sangue*, entendido como um sistema político de dominação e cerceamento baseado na troca de favores entre poder político local, materializado por meio dos coronéis, e o poder político estatal. Dessa forma, será discutida a forma como o coronelismo é de fato representado na obra analisada, tentando responder às questões: quais características estão presentes na obra? Como elas são trabalhadas pelo escritor? Em relação ao modo como esse tema já é trabalhado na literatura, de um modo geral, quais são as especificidades presentes na malha textual de *Herança de Sangue*? Para tanto, inicialmente, apresentamos algumas reflexões sobre os modos como o coronelismo já aparece em algumas narrativas goianas de cunho literário, para depois debruçarmos sobre a narrativa de Sant’anna.

As bases de sustentação do coronelismo goiano em Bernardo Élis e demais regionalistas de Goiás

Perceber como o coronelismo foi abordado na literatura goiana e quais foram os conceitos abordados e as caracterizações feitas sobre coronel e clientela foi o objetivo principal do trabalho de Gracy Tadeu da Silva Ferreira intitulado *O coronelismo em Goiás (1889-1930): as construções feitas do fenômeno pela história e literatura*. A autora, para chegar a esse fim, escolhe sete obras goianas para serem analisadas de modo a entender as diferenças e semelhanças entre as abordagens que os autores seguiram nas constituições de suas obras, quais sejam *O tronco*, de Bernardo Élis, *Quinta-Feira Sangrenta*, de Osvaldo Rodrigues Póvoa, *Abílio Wolney: um coronel da Serra Geral*, de Nertan Macedo, *Santa Rita*, de Carmo Bernardes, *Setentrião Goiano*, de Orthon Maranhão, *Tropas e Boiadas*, de Hugo de Carvalho Ramos e *Os Sertanejos Que Eu Conheci*, de Frei F. José Maria Audrin.

A autora salienta que a maioria dessas obras, incluindo *O tronco* e *Quinta-Feira Sangrenta*, tem como ponto em comum a tomada de um fato trágico como inspiração, uma vez que, nessas obras em questão, os autores abordam fatos trágicos, sangrentos, ocorridos em Goiás, e que ficaram marcados na história do estado (Ferreira, 1998). Além disso, na maioria das obras literárias goianas que trataram sobre o coronelismo, mesmo o tendo como pano de fundo, abordou, de uma forma ou de outra, a natureza violenta do contexto coronelista.

De fato, tem-se em *O tronco* a reconstituição de um episódio ocorrido na vila de São José do Duro, ocorrido em 1919, ao norte do estado, onde hoje é o município de Dianópolis, no Tocantins, e que ficou conhecido como a “Chacina de São José do Duro”. A chacina foi resultado de disputas de poder entre os Wolney (que no romance recebem o sobrenome Melo), coronéis que comandavam o norte de Goiás, e os Caiado, coronéis que comandavam o sul do estado e que eram os detentores do poder público institucionalizado.

Os fatos históricos e os acontecimentos narrados por Bernardo Élis no romance citado pouco se diferenciam da narrativa historiográfica do acontecimento, apesar de que alguns nomes das principais personalidades envolvidas tenham sido trocados no romance. Essa constatação corrobora a ideia de Ferreira (1998), para quem algumas das obras analisadas foram resultados de pesquisas históricas, tornando a parte fictícia, muitas vezes, apenas como algo referencial.

De todo modo, na obra de Bernardo Élis, tem-se uma narrativa envolta pela violência e pelo medo, e a violência nem sempre acontece de forma física, embora esse tipo de violência fique mais evidente. O próprio nome do romance de Élis faz referência a um instrumento de

tortura próprio do período da escravidão no Brasil, mas que está presente também na sociedade coronelista. Os acontecimentos mais marcantes do romance dizem respeito ao assassinato de boa parte da família do coronel Artur Melo, que já estava sendo mantida presa ao tronco há alguns dias, pela polícia, no intuito de frear a investida do coronel à vila do Duro, que buscava vingança pela morte do pai, Pedro Melo.

Entretanto, como apontado, a violência psicológica também toma conta do romance, ocorrendo por meio do medo. No início da narrativa, vemos o momento em que o juiz indicado para investigar um assassinato cometido pelo coronel Pedro Melo, Dr. Hermínio, assustado com os rumos que o julgamento está levando, desiste de condenar o coronel por medo; de fato, no meio do julgamento, um dos envolvidos no assassinato, um jagunço, chega com sua arma e a coloca do seu lado, tombando-a “ruidosamente no chão”.

O medo está presente nas relações pessoais dos moradores do Duro e suas vivências são pautadas, dentre outras coisas, pelo medo que sentem das personagens consideradas como portadoras da violência, quais sejam o coronel, os jagunços e a força policial. Por um lado, os jagunços eram temíveis, pois eram eles que cuidavam dos interesses do coronel. “Jagunço é bicho custoso de morrer. Para tiro ofender jagunço, só se ele estiver com os pés no ar, por riba de uma cerca, passando numa ponte” (Élis, 1987, p. 187-188). Por outro, a força policial “não merecia confiança” (p. 142), pois eram “um bando de facínoras” (p. 142).

Os jagunços, na maioria das vezes, eram pessoas que trabalhavam para os coronéis por obrigação, visto que era comum que os coronéis criassem mecanismos para fazer com que seus trabalhadores dependessem do trabalho e dos coronéis. Essa é outra característica do coronelismo representado na literatura goiana; em *O tronco*, percebe-se que alguns dos que entravam nas brigas dos coronéis eram obrigados a isso: “Baianinho ali estava como um cativo. Era camarada do coronel Batista, a quem ficara devendo um despropósito. Dívida fantástica, dívida inventada pelo coronel” (Élis, 1987, p. 63).

Para Ferreira (1998), Élis, n’*O tronco*, mostra como fatos corriqueiros resultaram em embates sangrentos e mostra a fragilidade da Lei e da Justiça. De fato, é por conta de um inventário apresentado ao coletor estadual que toda a chacina vai criando forma, desde a briga inicial entre Artur e o coletor Vicente Lemes, passando pelo assassinato do pai de Artur, até chegar na chacina propriamente dita: tudo isso por causa do inventário que Artur convenientemente omitiu bens (mais uma característica do coronelismo).

Com relação à fragilidade da Lei, vê-se que dois juízes chegaram a ir ao Duro para julgar as atrocidades cometidas por Pedro Melo e seus jagunços, mas por causa do medo tais

juízes abandonam seus cargos. A Lei, nesse contexto, serve aos interesses dos coronéis, e deve ser utilizada para satisfazer suas vontades.

Além disso, segundo Ferreira (1998), Élis apresenta a lógica que regia o coronelismo: o pacto de compromissos, a reciprocidade entre coronéis e entre o governo e os coronéis, a capacidade de fazer rearranjos de acordo com as necessidades do coronel. Mais importante ainda, Élis mostra as consequências da quebra desse pacto. Janotti (1992) aponta para o fato de que o coronel e o governo deveriam ter o menor atrito possível para que o sistema funcionasse. Em *O tronco*, vemos o que acontece quando os atritos tornam a relação entre os coronéis e o poder público insustentável.

Oliveira (2016) também analisa algumas obras de Bernardo Élis, entre elas *O tronco*, na tentativa de entender as contribuições da representação do coronel e do coronelismo por meio da literatura do escritor para a criação de uma imagem “malvada” do coronel na historiografia goiana. Nesse sentido, o historiador extrapola sua análise e encontra trechos em que os coronéis de Bernardo Élis se apresentam de modo diferente da imagem comumente percebida de mal e inflexível.

O estudioso primeiramente discute a respeito dos coronéis que são irremediavelmente maus e explicita que o coronel Eupídio, do conto “A enxada”, por exemplo, é um desses coronéis inflexíveis e marcados pela maldade e pela crueldade. De fato, no conto, o coronel contrata Supriano para plantar arroz em uma de suas terras, mas lhe nega o empréstimo de uma enxada; mais que isso, proíbe que outras pessoas emprestem ou vendam o instrumento de trabalho para o sertanejo e ainda coloca a força policial atrás de Supriano para pressioná-lo a fazer o serviço o mais rápido possível.

Por fim, numa cena sangrenta, o leitor sente-se incomodado quando o narrador narra a última noite do prazo que Supriano tinha para plantar a roça: ali, debaixo da chuva, encontra-se o sertanejo cavando a terra dura com as próprias mãos que, por causa do trabalho duro, já são apenas os tocos dos dedos ensanguentados do rapaz. Para Oliveira (2016), Bernardo Élis utiliza de vários artifícios para retratar Eupídio como um mau coronel, chegando a relacioná-lo a satanás.

Nas vezes em que esses “bons coronéis” foram representados, em contos e em romances de Élis, eles geralmente tinham suas virtudes baseadas na responsabilidade com a promoção de benefícios para a comunidade, por conta da ausência do Estado, e no cumprimento de seu dever civilizador, frente a incivilidade do sertão (Oliveira, 2016). Além disso, no conto “Sua alma, sua palma”, encontra-se o Major Erculino, um coronel arrependido, consumido pela culpa.

Para o historiador, o próprio coronel Pedro Melo, apesar de sua característica principal ser a crueldade, é alguém que ganha algumas descrições positivas:

diferentemente de o conto “A enxada”, quando o coronel Elpídio é demonizado, em *O tronco*, aparecem algumas descrições positivas dos coronéis. Pedro Melo, por exemplo, é visto como “um homem inteligente, sagaz, audacioso, de ambição sem limites, duro feito uma aroeira” [...] que amava o trabalho, a pontualidade, a energia e a força. Amava a vida rude e simples (Oliveira, 2016, p. 9).

Vale ressaltar também que é Pedro Melo o responsável por construir a estrada que ligava a vila do Duro à Barreiras, na Bahia: “como um general, todo encourado, Pedro ia e vinha, dando ordens, distribuindo o pessoal no trabalho, apressando a picada, pois precisava voltar ao sítio ainda em tempo de ajustar as chedas dos carros, que os carpinteiros lavravam” (Élis, 1987, p. 41).

O mesmo fato narrado pela pena de Élis é também a inspiração de Osvaldo Rodrigues Póvoa para a sua *Quinta-Feira Sangrenta*, de 1979, e de Nertan Macedo para o seu *Abílio Wolney: Um Coronel da Serra Geral*, publicado em 1980. Ao contrário da obra de Élis, que tem enfoque apenas no massacre, as obras de Póvoa e Macedo buscam contextualizar os acontecimentos que culminaram no massacre e analisá-los, com o intuito de contar a verdade sobre o que aconteceu.

Ferreira (1998) aponta que Póvoa faz o histórico de Abílio Wolney e parece pretender contar a “verdadeira” versão dos acontecimentos utilizando-se de cartas e depoimentos, entretanto, o autor acaba por apresentar alguns dados que contradizem a historiografia. Além disso, Póvoa analisa a relação entre coronel e governo, realçando o fato de ser comum no coronelismo o governo esmagar a oposição, numa tentativa de justificar as ações de Abílio. Dessa forma, o autor dá a entender que o massacre da vila do Duro tenha sido algo planejado pelo governo, representado pelos Caiado, os coronéis do sul do estado (Ferreira, 1998). No que diz respeito à obra de Macedo, Ferreira (1998) salienta que seu relato pouco se diferencia dos outros analisados.

Carmo Bernardes é outro escritor goiano que merece destaque nesta seção. Em *Santa Rita*, publicado em 1995, Bernardes conta o dia a dia do sertão e, ao descrever o surgimento da fictícia cidade de Santa Rita, o autor sintetiza o surgimento da maioria das cidades goianas. Ferreira (1998, p. 103) salienta que o narrador de *Santa Rita*, Estevo, “comenta que desde o início os coronéis Pereira Moreira estiveram presentes no lugarejo, tomando as decisões sobre

a vida, a organização social e política do arraial, apesar de existir um conselho, na prática, quem dá as ordens são os coronéis”.

Como dito, a história do povoado de Santa Rita se assemelha à história de outras localidades de Goiás, cujo desenvolvimento, ou a falta de desenvolvimento, está interligado com a atuação dos coronéis. A Catalão de *Herança de Sangue* é uma das cidades que sofrem com as consequências do coronelismo, como a violência: o crescimento urbano de Catalão sempre “foi atrapalhado pela violência de seu povo” (Sant’anna, 2012, p. 141).

Essas não são as únicas contribuições da obra de Carmo Bernardes para a análise das construções do coronelismo na literatura goiana. Em *Santa Rita*, o romancista aponta questões comuns do coronelismo, como os mandos e desmandos, arbitrariedades etc., o que, para Ferreira (1998), dá margem para comparações com outros textos que também tratam do coronelismo. Além disso, em *Jurubatuba*, do mesmo autor, publicado em 1972, há menções a respeito do modo de trabalho nas fazendas dos grandes coronéis.

Orthon Maranhão, Hugo de Carvalho Ramos e Frei F. José Maria Audrin, de acordo com as considerações de Ferreira, apresentam em suas obras aspectos isolados do coronelismo: Maranhão mostra que a violência e o terror servem para justificar questões de mando e desmando e de hegemonia política, embora sua obra não se empenhe em seguir o que já foi confirmado pela historiografia; Ramos, inspirado pela nostalgia, tece considerações sobre a relação do sertanejo com o coronel (opressão) e de como eram as garantias de trabalho (verbais); e, por fim, Audrin discorre sobre o modo de vida singular do sertanejo (Ferreira, 1998).

Por meio de sua análise, Ferreira percebe que os escritores goianos analisados apresentam, em suas obras, dados sobre a política coronelística presentes também nas obras da historiografia goiana. Ao analisar *O tronco*, de Bernardo Élis, por exemplo, o autor encontra a presença de trechos que apresentam a lógica que regia o coronelismo, baseada na reciprocidade, na capacidade de os coronéis fazerem rearranjos e pactos com diferentes sujeitos a fim de garantir com que suas vontades fossem satisfeitas (Ferreira, 1998). Da mesma forma, Ferreira (1998) encontrou na análise de *Santa Rita*, de Carmo Bernardes, questões comuns do coronelismo, como os mandos e desmandos do coronel; em *Setentrião goiano*, de Orthon Maranhão, percebe-se o uso da violência e do terror para justificar questões de mandonismo e de hegemonia.

Nesse sentido, Ferreira (1998) conclui que

os autores reconhecem em suas obras que a exploração permeia a relação coronel-clientela, porém, não houve a preocupação de mostrar a relação social coronel-clientela, como uma relação de classe. Prevalece nas construções a ideia maniqueísta: o coronel é sempre apresentado como impiedoso e a clientela, sob seu jugo, como frágil e desprotegida (Ferreira, 1998, p. 107).

Os autores literários goianos focam em mostrar, nas suas obras, as bases de sustentação do coronelismo, quais sejam os acordos tácitos para manutenção do poder e da influência sobre a população da região que comandam. Também chegam a apresentar um pouco da relação do coronel com sua clientela, os trabalhadores de suas terras, a população da região em geral e sua família, mas não aprofundam esse assunto, fazendo com que se veja apenas a relação exploratória existente entre o coronel e as pessoas às quais ele estava relacionado.

Além disso, encontram-se, por meio de uma análise mais detalhada, como a feita por Oliveira (2016), menções positivas ao coronel e à sua atuação na região em que ele vivia: o coronel goiano representado na literatura não é apenas mal e inflexível, nem apenas forte e destemido, apesar de essas serem algumas de suas principais características. Há o coronel que constrói estradas e contribui na melhoria da infraestrutura dos locais por ele assistidos; há o coronel covarde, o coronel pacífico.

Semelhante a isso, encontra-se, na literatura, representações de códigos de honra implícitos, e às vezes pouco mencionados na narrativa, mas que se apresentam por meio da vivência das pessoas afetadas pelo contexto coronelista. Dessa forma, ainda que de modos distintos, a necessidade de manterem-se honrados perpassa o ambiente coronelista brasileiro, estando presente desde o Nordeste, passando pelo Sudeste e Centro-Oeste, até chegar ao Sul.

Nossa conclusão, nesta seção, também se baseia nas considerações feitas por Oliveira (2016, p. 19), para quem “a violência e o arbítrio são típicos do coronelismo, mas isso não significa que fossem empregados a todo momento”. Assim como vimos que o coronelismo como sistema político e social é complexo, acontecendo de diferentes maneiras em diferentes lugares, sua representação na literatura também o é.

Primórdios do coronelismo em *Herança de Sangue*

O estado de Goiás foi, por muito tempo, relacionado à imagem da barbárie, da decadência e do atraso em virtude de uma série de acontecimentos que marcaram a história goiana e impuseram ao estado essa imagem de subdesenvolvimento em relação a outras localidades no Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Pelo que se pode perceber

na história do estado, que até 1749 fez parte da capitania de São Paulo, um dos poucos momentos em que Goiás teve destaque foi na época da mineração.

Já haviam tido algumas bandeiras que passaram pelo território de Goiás desde o século XVI, logo no primeiro século de colonização brasileira. Entretanto, é a partir do ano de 1722 que a história de Goiás realmente começa a ganhar forma, por conta da partida da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, que tinha como objetivo descobrir minas de ouro e “outros haveres”. Depois de quase fracassar, Bartolomeu Bueno finalmente consegue encontrar as tão procuradas minas de ouro perto da região do rio Vermelho no ano de 1725 e a sociedade goiana começa a surgir com a chegada de grandes grupos de pessoas para trabalharem e tomarem conta das minas.

Nesse sentido, recorremos à fala de Laurent Vidal (2015, p. 248) ao tratar do surgimento, às margens do rio Vermelho, do arraial de Sant’anna, que depois se tornaria Vila Boa, a capital da capitania de Goiás por quase 200 anos: “sobre estas margens da Colônia, distante dos eixos de comunicação e dos grandes centros administrativos e comerciais, é antes de tudo o ouro que atrai e fixa os homens”. Com efeito, é sob esse pretexto que as pessoas que tinham como destino a capitania de Goiás adentraram o território brasileiro.

O ciclo do ouro em Goiás teve seu auge entre os anos de 1751 e 1778. Luís Palacín, em *O século do ouro em Goiás*, afirma que, apesar de uma impressão de apogeu da produção aurífera nas minas goianas por conta de uma produção expressiva de ouro nos primeiros anos de mineração (a partir do momento em que o Quinto foi instituído em Goiás), a situação das minas não era promissora: “faltavam, quase por completo, novos descobertos, e os mineiros se encontravam sem recursos para promovê-los” (Palacín, 1994, p. 65). Segundo o autor, o equilíbrio da produção de ouro nos tempos de auge em Goiás era um equilíbrio instável, uma vez que desde o princípio as minas já sinalizavam uma tendência à diminuição.

A situação de decadência de fato se materializa nas minas goianas a partir de 1779 e o quinto do ouro produzido em território goiano “em 1820, às vésperas da Independência, não chegava sequer a uma arroba; a mineração praticamente tinha desaparecido como atividade econômica significativa” (Palacín, 1994, p. 119). Para o autor,

a decadência da mineração pôs em evidência o que a riqueza do ouro mantivera encoberto até então: o povoamento de Goiás tinha-se antecipado século e meio ou dois séculos ao processo natural de penetração para o interior [...]. Ao acabar-se o ouro, a inevitabilidade das distâncias devia impor-se com sua realidade brutal. As populações do interior ficavam isoladas, quase como náufragas, sem possível retorno (Palacín, 1994, p. 123).

Nesse sentido, Palacín salienta a importância que o ouro teve na constituição da capitania de Goiás, pois se por um lado a descoberta das minas adiantou o povoamento das terras goianas, por outro, a decadência da mineração fez com que esse adiantamento criasse ilhas de povoados completamente isoladas dos grandes centros brasileiros.

Assim, a decadência da mineração em Goiás foi a causa de grandes consequências na vida política, social e econômica da capitania. Sandro Dutra e Silva, Tálliton Moura e Francisco Itami Campos, no artigo *A terra dos coronéis no Oeste do Brasil: A cattle frontier, violência e dominação fundiária no Cerrado goiano*, de 2015, trabalham com a ideia do historiador norte-americano David McCreary, de que o isolamento territorial e político de Goiás, somado às dificuldades de acesso, à estagnação econômica e aos frequentes ataques de indígenas e de jagunços, contribuiu para que a capitania adquirisse o *status* de “fronteira da fronteira”. Mais que isso, os autores salientam que foi justamente esse contexto de fronteira que contribuiu para que os senhores de terras passassem a ser os representantes não oficiais do Estado nas regiões mais remotas de Goiás.

Ainda em consonância com outros estudiosos que tratam sobre a situação socioeconômica da capitania de Goiás nos séculos XIX e XX, como o próprio Palacín, os autores salientam que a pecuária se tornou a principal atividade econômica goiana depois do esgotamento do ouro, uma vez que “era a atividade econômica que mais se adaptava às condições da fronteira, dadas as formas de transporte e manejo das boiadas” (Silva, Moura, Campos, 2015, p. 239). Entretanto, a pecuária, pelo menos inicialmente, não foi capaz de fazer com que a capitania se desenvolvesse economicamente e diminuísse a imagem de decadência que pairava sobre ela. Pelo contrário, o território goiano continuava isolado por conta de problemas financeiros e de navegabilidade, além de que o local ainda era repleto de perigos naturais, ameaças e conflitos.

Mais que isso, em razão do isolamento da região em relação ao litoral brasileiro, ao centro administrativo do país na época, a pobreza fazia parte da vida social dos indivíduos goianos, contribuindo diretamente para o surgimento de processos de desumanização nas relações entre a população (Silva, Moura, Campos, 2015). Esse conjunto de elementos fazia com que Goiás fosse um lugar onde o Estado era praticamente inoperante. Nesse sentido,

os senhores de terra e de gado em Goiás assumem [...] significativo valor interpretativo, considerando as proporções continentais do território brasileiro e as articulações entre o império brasileiro e as elites locais, como forma de garantir a integridade territorial e a autonomia fiscal na fronteira (Silva; Moura; Campos, 2015, p. 239).

Dessa forma, os coronéis começam a assumir o papel que, em tese, deveria ser do Estado, sob o pretexto de tentar manter a ordem e o controle sobre determinada região, e passam a exercer os poderes executivo, legislativo e judiciário. Segundo entendimento de Silva, Moura e Campos (2015), de acordo com essa análise, percebe-se que a atuação política dos coronéis era baseada na ideia de estarem defendendo os interesses do Estado, quando, na verdade, tais interesses eram simplesmente um apanhado de vontades privadas.

O coronelismo se insere na narrativa de Ivan Sant’anna de maneira análoga ao modo como a historiografia trata o fenômeno em Goiás, uma vez que o enredo do romance se inicia com a origem do Pouso de Catalão, na época da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, e perpassa toda a história da cidade, marcada pela disputa entre coronéis pelo poder, tendo como clímax o linchamento de Antero Carvalho acontecido nas ruas da cidade na década de 1930. Nesse sentido, o Pouso de Catalão tem seu auge na época da mineração, o que se relaciona com o período de “auge” da economia goiana em torno da exploração aurífera, pois o movimento de pessoas que iam e vinham das minas era grande.

Era pela possibilidade de melhoria de vida por meio da mineração que as pessoas iam a Goiás e ali se fixavam (Vidal, 2015). No caso de Catalão, a cidade se forma cumprindo um papel de entreposto onde os bandeirantes pudessem parar para descansar, abastecerem-se e alimentar os animais: “todas as expedições que iam para o novo território acampavam ali, fazendo do lugar uma estação de tropeiros que passou a ser conhecida como Pouso de Catalão” (Sant’anna, 2012, p. 31).

O declínio do Pouso na narrativa reflete o declínio da mineração goiana, com o esgotamento das minas. O narrador de *Herança de Sangue* é claro ao apontar que “um dia as minas se esgotaram e o ciclo do ouro chegou ao fim. No povoado de Catalão, os habitantes assistiam ao êxodo, já não havia bandeirantes, soldados, faiscadores, caçadores de escravos, padres e prostitutas chegando do Sul [...]” (Sant’anna, 2012, p. 31). É a partir daí que a sociedade de Catalão começa a se organizar definitivamente, num contexto de isolamento e depressão causados pela decadência rápida das atividades mineradoras no estado e pelo “desenvolvimento” acelerado e antecipado de algumas vilas e pousos, como o de Catalão, que se tonaram, parafraseando as palavras de Palacín (1994), ilhas povoadas em meio a um mar de isolamento.

Assim, inicialmente, a constituição da população de Catalão dava-se por meio da chegada esparsa de pessoas que passavam pelo Pouso durante a mineração. Depois, “fugitivos da Justiça de Minas Gerais e de São Paulo fixavam residência no núcleo urbano e em seus

arredores”; a vila de Catalão “continuava atraindo bandidos e matadores de aluguel, fugidos de Minas Gerais (Sant’anna, 2012, p. 34-35). Isso contribuiu para o aumento da violência na cidade, para que essa violência se tornasse um elemento constitutivo da cidade goiana e para a instituição de um código de honra em Catalão.

É nesse contexto que o leitor é apresentado a Roque Alves de Azevedo, primeiro coronel de Catalão, que se instala na região no final da década de 1820 depois de a Corte tê-lo cedido uma porção de terra:

o Sudeste de Goiás era tomado por grandes extensões de terras devolutas, cuja posse a Corte cedia aos interessados que tivessem condições financeiras para explorá-las. Foi o que aconteceu com o fazendeiro Roque Alves de Azevedo, natural de Bom Sucesso, Minas Gerais, que chegou ao arraial de Catalão no final da década de 1820 (Sant’anna, 2012, p. 35).

Assim, “a vila, que nunca teve dono, passou a ter um, senhor de terras, de escravos, da Lei e da Justiça” (Sant’anna, 2012, p. 35). Com isso, nesse trecho, pode-se perceber algumas características da política coronelista, uma vez que Roque se tornaria o “dono” da vila de Catalão; mais que isso, se tornaria o responsável pela manutenção da Lei e da Justiça.

Nesse sentido, Sant’anna insere em sua obra dois dos elementos constitutivos do coronelismo em Goiás: em primeiro lugar, a apropriação das terras devolutas do estado por homens relacionados à Corte, os quais, como afirmam Silva, Moura e Campos (2015), assumiriam um significativo papel nas suas relações com o Estado e com outros indivíduos residentes nesses sertões, tornando-se os detentores de um poder não institucionalizado, em detrimento do fraco e desarticulado poder institucionalizado do Estado. Em segundo lugar, a narrativa de Ivan Sant’anna aponta para o acontecimento que marca o surgimento do coronelismo, qual seja a criação da Guarda Nacional, em 1831, durante o período regencial do Brasil, uma tentativa de não deixar o país se dividir enquanto o trono era ocupado por uma criança de seis anos.

Sant’anna deixa claro que esse “é o início do ‘coronelismo’. Em todo o Brasil, patentes foram distribuídas aos grandes proprietários e homens de projeção” (Sant’anna, 2012, p. 37). Esse trecho vem ao encontro com alguns trabalhos historiográficos que discutem sobre o coronelismo, entre eles, o de Maria de Lourdes Janotti, a qual salienta que a patente específica de ‘coronel’ “deixou aos poucos de se relacionar estritamente ao exercício de uma função militar ou policial, passando popularmente a ser empregada para distinguir os chefes políticos” (Janotti, 1992, p. 21).

Valentia, intimidação e vida privada do coronel de Catalão

Em 1844, por conta de uma expedição científica enviada pelo rei Luís Filipe, da França, o conde de Castelnau passa alguns dias na cidade de Catalão. Na ocasião, o conde conheceu o coronel Roque, que recebeu o estrangeiro e sua comitiva como hóspedes em sua casa. Assim, é por meio da inserção do conde de Castelnau na narrativa que o narrador, empenhado em explicitar a extravagância e a superioridade do coronel em relação aos outros habitantes de Catalão, que se dá não apenas pelos atos, mas pela aparência de Roque, apresenta as características marcantes do coronel:

o conde surpreendeu-se com o exotismo da figura de seu anfitrião. Roque era alto, magro e tinha pernas compridas, arqueadas e finas. Usava roupas extravagantes. Camisa, paletó, colete, meias, a calça que terminava pouco acima dos tornozelos – Roque só vestia peças azuis, incluindo o enorme chapéu cônico de palha trançada (Sant’anna, 2012, p. 39).

Vale ressaltar que, no âmbito das ações, Sant’anna também deixa claro a imponência do coronel Roque: “Castelnau logo notou que o coronel governava Catalão com mão de ferro. Todos o cercavam de agrados” (Sant’anna, 2012, p. 39). Esse trecho deixa claro o poder que o coronel Roque detinha sobre a população de Catalão, que tentava, de toda forma, agradar o coronel.

Mais que demonstrar a existência de um acordo não escrito de poder e dominação sobre a vila de Catalão, Ivan Sant’anna, em seu romance, aponta para outro aspecto importante da política coronelista: o voto de cabresto. Uma das bases de sustentação do coronelismo era a reciprocidade entre o poder privado, representado pelo coronel, e o poder público, representado por um Estado ineficiente (Leal, 1997). Uma das maneiras que a reciprocidade se manifesta, nesse contexto, é por meio da manipulação e da intimidação do coronel para que os habitantes da vila que ele “governa” votem apenas nos candidatos por ele apoiados, geralmente os indicados pelo governo.

A relação do coronel com a população que vivia sob seu domínio não se dava somente por meio da troca de favores, na maioria das vezes relacionadas ao voto, de maneira pacífica. Tratava-se também de uma relação violenta, no sentido brevemente definido anteriormente, na qual os coronéis detinham os meios de desenvolvimento e privavam o restante da população de se desenvolver apropriadamente.

No período das eleições, era mais visível a presença da violência e da coerção por parte do coronel e de seus correligionários sobre a população eleitora. Leal (1997, p. 61) afirma que o período entre eleições costumava ser ameno e respeitoso, mas “nos períodos que precedem às eleições é que o ambiente de opressão atinge o ponto agudo”. Isso acontece pois é o momento em que os coronéis tomam suas posições, muitas vezes uns contrários aos outros, e, dessa forma, é também o momento em que a população é obrigada a tomar partido.

Janotti, sobre esse assunto, salienta que as próprias regras do sistema eleitoral contribuíam para que a coerção acontecesse desde o início dos processos, já que eram os próprios coronéis quem criavam as listas de eleitores, recrutando os que achavam importantes recrutar e excluindo os que achavam necessários excluir (Janotti, 1992). Seguindo esse raciocínio, é possível perceber que, no sistema eleitoral, a corrupção era algo institucionalizado; um exemplo claro é a atividade da “degola”, em que candidatos “indesejáveis” eram impugnados sob diversas alegações das comissões verificadoras da época, como fraudes ou irregularidades, o que impedia tal candidato de tomar posse, fazendo com que o candidato escolhido pelo coronel, ou o próprio coronel, assumisse o poder. Mais que isso, tanto a força policial, insuficiente, quanto os capangas do coronel, apareciam em peso nos dias de eleição, para servirem aos mandos dos coronéis, criando um clima de tensão nas bancas.

No romance de Sant’anna, um trecho deixa claro como funcionavam as eleições em Catalão e como a figura do coronel era marcante na vila. Ainda na visita a Catalão, o conde de Castelnau notou que o coronel Roque costumava sempre usar um chapéu cônico azulado de palha trançada, então “alguém explicou ao nobre o simbolismo do chapéu de Roque na política local. Em dias de eleição, o chapéu ficava sobre a mesa de votação lembrando os eleitores de que só podiam votar nos candidatos apoiados pelo chefe” (Sant’anna, 2012, p. 39). Nota-se, dessa forma, a manifestação da intimidação por meio de uma violência indireta e psicológica.

Além dos elementos mais comuns ao coronelismo, muito discutidos pela historiografia e representados na literatura, como questões referentes à dominação e à manipulação eleitoral, Ivan Sant’anna apresenta alguns apontamentos sobre a vida privada dos coronéis na sua narrativa:

o coronel Roque gostava de promover banquetes em sua casa. Convocava, além dos amigos íntimos, as putas da zona do meretrício. Intimava os músicos locais a tocar durante a festança. Nessas noites alegres, de orgias e cachaça à vontade, todos dançavam completamente nus, com exceção do chefe. Roque fazia questão de conservar pelo menos o colete e as botas, em sinal de superioridade (Sant’anna, 2012, p. 39).

Ainda a respeito da vida privada dos coronéis, Salomão de Paiva, influente em Catalão por volta da década de 1920, merece atenção. Com uma personalidade dupla, Salomão é descrito como um homem “forte e bonito, de olhos e cabelos castanho-claros” e como um chefe político “caridoso, educado, sempre elegantemente vestido [...] brincava com as crianças. Galanteava as moças, sem ser desrespeitoso” (Sant’anna, 2012, p. 117).

Entretanto, como já mencionado, sua personalidade era duplicada, de modo que, durante as noites em Catalão, o homem se juntava a grupos de jagunços e desordeiros; promoviam badernas e desordem: “quando Salomão de Paiva saía pela noite, as cadeiras eram tiradas das calçadas, as portas e as janelas se fechavam” (Sant’anna, 2012, p. 117). A cidade, que sempre fora marcada pela violência, se recolhia.

O prestígio coronelista e o código de Catalão

Depois de o coronel Roque envelhecer, quem começa a comandar Catalão é o coronel Antônio Paranhos, comerciante e amigo de Roque – e esse fato já é revelador da sociedade coronelista em que o prestígio geralmente era passado para aliados. Para Queiroz (1976), havia dois modos de ascensão social na sociedade coronelista, quais sejam a ida ao sertão para se tornar dono de terra (o caso de Roque) e a ligação e o estreitamento de relações com algum coronel, ascendendo socialmente sob sua proteção (o caso de Paranhos).

Vale ressaltar que, por conta dos códigos de conduta próprios da cidade retratada pela pena de Sant’anna, que se baseavam quase que inteiramente na exaltação da violência e da valentia, Catalão apresenta um terceiro modo de ascensão social, não necessariamente relacionada ao prestígio coronelista, mas ao prestígio social de um modo geral, qual seja a eliminação do indivíduo que se encontra em evidência. Isso fica claro quando João Sampaio, filho do coronel Luiz Sampaio, o qual já vinha sendo substituído na chefia da família pelo outro filho, Diógenes Sampaio, decide não seguir o caminho do pai, o que lhe resultaria no título de coronel. João, na verdade, queria era o título de mais valente de Catalão: “título que, em Catalão, valia mais do que qualquer cargo ou honraria” (Sant’anna, 2012, p. 125).

Além dessas questões destacadas, em *Herança de Sangue*, há exemplos da passagem do título do coronel de pai para filho, também muito comum no coronelismo. Tal fato pode ser percebido no capítulo 10, intitulado de “A chegada do trem”, no qual vê-se a passagem do prestígio coronelista de pai (Elyseu da Cunha) para filho (Isaac da Cunha); e no capítulo 14, de nome “Salomão de Paiva”, no qual a influência de Luiz Sampaio, fazendeiro respeitado de

origem mineira, passa para seu filho Diógenes Sampaio, e até para o próprio João que detinha o título de coronel herdado do pai, mesmo que suas ambições fossem outras.

Na literatura goiana, outro exemplo conhecido dessa característica coronelista é o apresentado em *O tronco*, do coronel Artur Melo, filho de Pedro Melo, responsável por façanhas notáveis no contexto narrativo do romance de Bernardo Élis. O prestígio de Pedro Melo, nesse caso, passa para o filho de modo parecido com alguns casos narrados por Sant’anna, já que Artur assume a alcunha de coronel quando o pai é assassinado, com o objetivo principal de vingar-se das pessoas que, para ele, eram as culpadas pelo assassinato.

De todo modo, por volta de 1872, o coronel Paranhos já tinha se tornado a pessoa mais influente de Catalão. Em 1879, o comerciante português José Pereira de Gouvêa Guerra é assassinado em sua casa por homens armados e nada se faz na cidade para apurar o caso, assim o presidente da província de Goiás envia um destacamento de policiais para Catalão para investigar o crime, sob o comando de um alferes que devia esclarecer o assassinato.

Feita a investigação “o militar apurou que a própria esposa do português era a mandante do crime, mancomunada com dois sócios do marido. Como todos os suspeitos eram ligados ao coronel Paranhos, ao ser revelada a trama ninguém na cidade quis levar o caso adiante” (Sant’anna, 2012, p. 53). A impunidade também é um elemento presente na política coronelista, principalmente quando, como é o caso acima, os crimes são cometidos por correligionários ou por pessoas ligadas ao coronel que comanda o lugar.

É interessante notar que Sant’anna, no parágrafo seguinte ao que ele apresenta o desenrolar do caso do comerciante português, mostra que a impunidade só acontecia quando convinha ao coronel, já que em outro caso, um negro que tinha assassinado uma mulher em sua casa “foi preso e levado para Catalão, onde desfilou pelas ruas debaixo de açoites, o escravo foi enforcado” (Sant’anna, 2012, p. 54). Da mesma maneira que nos casos representados n’*O tronco*, de Élis, elucidados no capítulo 2, Ivan Sant’anna retoma em sua narrativa uma das máximas coronelistas, inicialmente apontada por Leal (1997): pão para os amigos, pau para os inimigos.

Nota-se, dessa forma, a seletividade existente, por parte do coronel, com relação à apuração de certos crimes e à importância dada a certos acontecimentos na cidade. Se por um lado há o apagamento e o silenciamento de uma investigação cujos suspeitos eram ligados ao coronel, por outro, um negro é açoitado nas ruas da cidade e enforcado. Ressalta-se, também, a conveniência do ato em si (o açoite do negro) na construção de uma imagem positiva do coronel: aquele que não é conivente com a criminalidade nem com a impunidade.

Em outra ocasião na narrativa, essa questão fica bastante explícita. O coronel Paranhos enfrenta a oposição do grupo de conservadores de Catalão, liderado pelo capitão Carlos de Andrade. Por conta, principalmente, da inveja que o grupo de Carlos de Andrade sentia de ver seus rivais em evidência na cidade, o coronel Paranhos é assassinado na rua principal de Catalão por homens do grupo de Andrade, embora ele mesmo não tivesse participado ativamente do assassinato. O grupo acaba tendo que fugir da cidade e se esconder da fúria dos Paranhos.

Depois disso, os Paranhos iniciam uma caçada aos assassinos, legitimada pela justiça, já que os homens haviam conseguido um mandado de busca e captura. O julgamento em si inicia-se após o capitão Andrade já ter sido vítima de humilhações e torturas das mais variadas. Durante os depoimentos, algumas testemunhas que trabalhavam na casa do capitão indicaram que ele não havia matado o coronel Paranhos. Além disso,

um homem chamado Joaquin Gabriel, que por coincidência visitava Andrade na hora dos tiros, garantiu ao juiz que o capitão e seu filho permaneceram nos fundos da casa no início do episódio. Só se deslocaram para as janelas da frente – segundo Joaquin – após a morte de Paranhos. Tal depoimento confirmava a versão dos acusados. O juiz ignorou os testemunhos da defesa. Pronunciou Carlos Antônio de Andrade como autor principal do homicídio (Sant’anna, 2012, p. 80).

Esse trecho explicita o fato de que o coronel era, de fato, o dono da Lei – e que a Lei só era seguida de acordo com as vontades do coronel.

Um outro elemento interessante a ser destacado nesse ponto da análise é a discussão apontada por Queiroz (1976) no seu artigo “O coronelismo numa interpretação sociológica”. Segundo a autora, por um lado, se o coronel, o potentado local, tem rivais dentro do seu contexto de influência, existirá um grande número de lutas e disputas pela hegemonia do poder local; por outro, nos casos em que o potentado local não encontra rivais próximos do seu círculo de dominação, quase não há lutas e disputas, e, conseqüentemente, haverá menos demonstrações de valentia e menos episódios violentos.

Pela narrativa de *Herança de Sangue*, essa afirmação é facilmente percebida e exemplificada. Note-se que, no âmbito narrativo, a história de vida do primeiro coronel catalano, Roque, é contada durante um capítulo inteiro, no qual, em nenhum momento, o coronel lança mão da violência física – da violência direta, o que não quer dizer que o coronel não tenha cometido violências. Entretanto, como nesse período específico não há rival, não há luta pela hegemonia local. Já no caso do coronel Paranhos, suas disputas pelo poder em Catalão

contribuíram para a existência de momentos violentos que marcaram a história da cidade: tiroteios em meio à rua principal, assassinatos de desafetos, a própria morte de Antônio Paranhos no centro da cidade, entre outros.

De todo modo, talvez por conta do intuito do autor em focar sua narrativa na questão da violência desregrada vivenciada em Catalão e na tentativa de relacionar a história da cidade goiana com as famosas histórias de faroeste norte-americano – afinal o subtítulo do livro, “um faroeste brasileiro”, sugere isso, a relação coronel-clientela é pouco explorada. Entretanto, é possível notar questões comuns do coronelismo que permeiam essa relação.

Um exemplo é o caso de Lamartine, um homem humilde que obteve emprego na fazenda de João Sampaio e de sua família. Seus serviços incluíam capinar as roças do coronel e cuidar do gado da fazenda. Ao contrário de muitas narrativas em que explicitam uma relação de opressão e medo entre coronéis e empregados, nesse caso acontece o contrário: o jeito simples do moço conquista a simpatia do patrão. A questão é que Lamartine ficou entre as disputas políticas envolvendo o coronel, de modo que acabou assassinado pelos rivais de João Sampaio, apenas como forma de demonstração de poder.

Ainda em *Herança de Sangue*, tem-se a apresentação de uma personagem feminina que se destaca no âmbito coronelista. Esse assunto é pouco tratado pela historiografia; Janotti (1992) faz uma breve menção ao caso de Dona Ana Jânsen Pereira, a Donana, no Maranhão, que era rica e proprietária de terras no estado e de prédios na capital São Luís. A autora salienta que Donana carregava muitas características próprias do sistema coronelista, utilizando-se de sua influência (e da violência) para atingir seus objetivos.

O caso de Caetaninha, em Catalão, não se trata exatamente de uma “mulher-coronel”, como Donana no Maranhão, mas é relevante para se perceber as relações entre essa figura feminina em específico e o contexto prototipicamente masculino do coronelismo. Caetaninha comandava uma tropa de bandidos, entre eles seus quatro filhos, “temidos pistoleiros”, em “assaltos a tropas de comerciantes de gado” (p. 57). Com relação aos fazendeiros e coronéis da região, Caetaninha e seu bando, talvez pela bravura e valentia, valores muito prezados em Catalão, eram respeitados, de modo que,

quando, na entressafra, diminuía as tropas e faltavam mantimentos em sua casa, Caetaninha não se afligia. Mandava recado a algum fazendeiro da região, dando conta da escassez. Um ou dois dias depois, chegava um carro de boi com sacos de grãos e um capado. Volta e meia, entretanto, algum lavrador ou pecuarista se recusava a colaborar com os bandidos. Logo seu cadáver surgia à beira de uma estrada (p. 58).

Por fim, para Queiroz (1978), a estrutura coronelista de determinada região depende de suas características locais. No capítulo 1 deste trabalho, conseguimos perceber algumas distinções entre o coronelismo goiano do coronelismo de outras áreas no país; e no capítulo 2, vimos que a literatura geralmente dá conta de imprimir essas diferenças nas obras dos autores que têm esse assunto como pano de fundo de sua produção literária: nas obras de Erico Verissimo, por exemplo, o coronel e o tratamento dado pelo autor ao sistema em si são diferentes do coronel de Graciliano Ramos e do tratamento feito pelo autor em suas obras.

No caso específico da narrativa de Ivan Sant’anna, como já foi mencionado, as características coronelistas em Catalão baseavam-se no fato de a localidade se tratar de um núcleo urbano. Segundo Janotti (1992), as condições de violência próprias do coronelismo em núcleos urbanos pequenos, como era o caso da cidade de Catalão, pesavam da mesma forma que no contexto rural e isso pode ser reparado quando se analisa as recorrências da violência na narrativa.

Considerações finais

Diante da análise empreendida, percebeu-se que Ivan Sant’anna contribui, por meio da narrativa de *Herança de Sangue*, para a percepção mais aprofundada dos modos como o coronelismo goiano se processou. O escritor traz para as páginas de sua obra características bastante comuns a esse sistema e, como outros escritores, as bases de sustentação do sistema coronelista, presentes em muitas obras da Literatura e da História, como as relações de dominação e de violência e as disputas pelo poder local.

De modo específico, a situação coronelista do estado de Goiás como um todo se reflete no contexto específico da Catalão narrada por Sant’anna. O surgimento e a história da cidade se confundem com o surgimento e a história do estado, uma vez que o antigo Pouso de Catalão nasce por causa da chegada cada vez maior de bandeirantes paulistas a Goiás. Assim, Goiás passa por um surto de prosperidade na época da mineração e vivencia, logo após, a decadência da atividade mineradora, o que causa a própria decadência da cidade. Assim como em Goiás, o coronelismo em Catalão encontra brechas para se instalar e se fortificar em um contexto de pobreza e decadência.

Entretanto, a esse respeito, a obra em tela contribui de forma mais contundente ao evidenciar elementos pouco presentes nas produções já feitas, tanto no âmbito literário quanto no historiográfico. O escritor apresenta em sua narrativa outros elementos geralmente menos discutidos e presentes nas obras que tratam do coronelismo, como a vida privada de alguns

coronéis e a presença da figura feminina no contexto coronelista. Assim, Sant’anna mostra novas faces de um tema já tão discutido, cujas discussões e estudos nunca se esgotam, como o coronelismo em Goiás. Ivan Sant’anna mostra uma realidade do coronel goiano (ou dos coronéis goianos) mais complexa, o que proporciona uma ampliação da compreensão desse tema.

Referências

- ÉLIS, Bernardo. O tronco. In: *Obra reunida*. v. 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- FERREIRA, Gracy Tadeu da Silva. O coronelismo em Goiás (1889-1930): as construções feitas do fenômeno pela história e literatura. In: CHAUL, Nasr Fayad. (Coord.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Kelps, 1998. p. 89-107.
- JANOTI, Maria de Lourdes Monaco. *Coronelismo: uma política de compromissos*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. O bom e o mau coronel: representações sobre o coronelismo na obra de Bernardo Élis e na historiografia. *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 13, n. 2, 2016.
- PALACÍN, Luís. *O Século do Ouro em Goiás, 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. Goiânia: Editora UCG, 1994.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976. p. 163-216.
- SANT’ANNA, Ivan. *Herança de sangue: um faroeste brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SILVA, Sandro Dutra e; MOURA, Tálliton Túlio Rocha Leonel de; CAMPOS, Francisco Itami. A terra dos coronéis no Oeste do Brasil: A cattle frontier, violência e dominação fundiária no Cerrado goiano. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 234-259, jan./jun. 2015.
- VIDAL, Laurent. Sob a máscara do colonial. Nascimento e “decadência” de uma vila no Brasil Colonial: Vila Boa de Goiás no século XVIII. In: LEMES, Fernando Lobo. *Para além das Gerais: dinâmicas dos povos e instituições na América portuguesa (Bahia, Goiás e Mato Grosso)*. Goiânia: PUC-Goiás, 2015, p. 67-110.

ISSN: 1984-4921

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/19844921.v17.n38.06>

Submetido em: 13/05/2025

Aprovado em: 29/07/2025